



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Sistema Comunitário de Alerta de Enchentes da Bacia
Hidrográfica do Rio Acari no Rio de Janeiro

C40 Cities Climate Leadership Group, Inc.
120 Park Avenue, 23rd Floor
New York, NY 10017
United States of America

Maio de 2025

Prazo final para envio:
16 de Junho de 2025

1. C40 Cities Climate Leadership Group Inc. ("C40")

A C40 é uma rede de aproximadamente 100 prefeitos das principais cidades do mundo, que estão trabalhando para implementar urgentemente as ações necessárias para enfrentar a crise climática e criar um futuro onde todos possam prosperar. Os prefeitos das cidades da C40 têm o compromisso de usar uma abordagem baseada na ciência e com foco nas pessoas para ajudar o mundo a limitar o aquecimento global a 1,5°C e construir comunidades saudáveis, equitativas e resilientes. Por meio de um Global Green New Deal, os prefeitos estão trabalhando ao lado de uma ampla coalizão entre trabalhadores, empresas, movimento da juventude climática e a sociedade civil para ir mais longe e mais rápido do que nunca.

A direção estratégica da organização é determinada por um Comitê Diretor eleito de prefeitos da C40, que é co-presidido pelo prefeito Sadiq Khan, de Londres, Reino Unido, e pela prefeita Yvonne Aki-Sawyerr, de Freetown, Serra Leoa. Prefeito da cidade de Nova York por três mandatos, Michael R. Bloomberg, atua como presidente do Conselho de Administração da C40, que é responsável pela supervisão operacional. Uma equipe administrativa de nove pessoas, liderada pelo Diretor Executivo, Mark Watts, conduz a administração diária da C40. Os três principais financiadores estratégicos da C40 são a Bloomberg Philanthropies, a Children's Investment Fund Foundation (CIFF) e a RealDania.

Para saber mais sobre o trabalho da C40 e de nossas cidades, visite nosso [site](#) ou siga-nos no [Twitter](#), [Instagram](#), [Facebook](#) e [LinkedIn](#).

2. Resumo, objetivo e histórico do projeto

As cidades enfrentam um processo de urbanização acelerado, enquanto a infraestrutura de gestão hídrica não acompanha o ritmo desse crescimento. Populações em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas que vivem em assentamentos informais, estão particularmente expostas aos riscos relacionados à questão hídrica, como secas e inundações. Diante desse cenário, é fundamental que as cidades fortaleçam sua resiliência hídrica por meio da adoção de ações ambiciosas, como por exemplo, a implementação de sistemas de alerta precoce e protocolos de emergência para proteção das comunidades vulneráveis, o uso de água de reúso, o manejo sustentável de águas subterrâneas, a elaboração de planos de drenagem urbana sustentável, a restauração de corpos hídricos e áreas de várzea, e a expansão de sistemas de controle de enchentes, entre outras medidas.

O Fundo Acelerador para Resiliência Hídrica Inclusiva, da C40, surge neste contexto como resposta às necessidades ainda não atendidas das cidades frente aos crescentes desafios da gestão da água urbana em um cenário de crise climática.

Seu objetivo é apoiar os governos locais no fortalecimento da resiliência frente aos riscos hidrológicos causados pelos eventos climáticos extremos relacionados à água. Isso é feito por meio do financiamento de ações justas, equitativas e inclusivas, que beneficiem toda a população, com atenção especial às comunidades em maior situação de vulnerabilidade. O fundo busca viabilizar o desenvolvimento de atividades, planos, políticas públicas e projetos que contribuam para o cumprimento de metas de resiliência hídrica das cidades, ao mesmo tempo em que promovam a redução das desigualdades sociais no acesso à água e da exposição desproporcional a riscos hidrológicos enfrentados pelas populações de baixa renda.

Informações gerais sobre o projeto:

A bacia dos rios Acari e São João de Meriti integra a bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, localizada na zona norte do Rio de Janeiro. Com uma área de 107 km², essa bacia atravessa 37 bairros densamente urbanizados da cidade.

O Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Rio de Janeiro (PDMAP) prevê a construção de 22 reservatórios na bacia do rio Acari, juntamente com outras intervenções estruturais. Dada a intensa urbanização da região, estima-se que tais obras terão impactos sociais significativos, exigindo, para sua viabilização, elevados investimentos financeiros.

Reconhece-se que o plano encontra-se defasado em função do prazo decenal de revisão estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 111/2011. Na próxima atualização, serão incorporadas às diretrizes de dimensionamento considerando as intervenções previstas no âmbito do PAC, em especial o aumento das seções hidráulicas no trecho de jusante do Rio Acari. Essa alteração permitirá reduzir a quantidade de reservatórios originalmente previstos no plano, mantendo, contudo, a eficiência no controle de cheias.

Em 14 de janeiro de 2024, a área em que se planeja o desenvolvimento de um sistema de alerta foi severamente impactada por inundações, com níveis de água atingindo a marca de 2,50 metros. O evento resultou em danos significativos a edificações e bens materiais, além de ter representado um risco elevado à segurança e à vida da população local.

Em resposta ao elevado número de famílias afetadas por este desastre, foi decretado Situação de Emergência no Município do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Rio nº 53.879, de 14 de janeiro de 2024, onde se requereu a atualização

das informações causadas pelo evento no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres.

Cabe ressaltar que, por decorrência emergencial, o Chefe do Poder Executivo Municipal instalou, na Arena Carioca Jovelina Pérola Negra, situada na Praça Ênio, s/nº – Pavuna, um “Gabinete de Crise Avançado” onde foram reunidos os principais órgãos operacionais da Prefeitura, como a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, as Secretarias Municipais de Ordem Pública, Conservação, Habitação, Assistência Social, Transporte, Saúde e a COMLURB, entre outros, visando uma resposta imediata para minimizar os transtornos e restabelecer a normalidade em toda essa região. O Gabinete de Crise foi encerrado no dia 16/01/2024, mas as articulações intersetoriais e implementação de providências que cabiam a cada órgão continuaram.

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), além dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) já existentes nas localidades, estabeleceu mais 38 pólos descentralizados para viabilizar atendimento social emergencial a tais famílias. De acordo com o Sistema Integrado de Gestão de Riscos da SMAS, 14.608 famílias foram atendidas, majoritariamente provenientes da bacia do Rio Acari, totalizando 35.512 pessoas, conforme dados discriminados na Tabela 1 abaixo. Além disso, a subsecretaria de Proteção e Defesa Civil recebeu 895 chamados de vistoria entre os dias 14 e 19 de janeiro de 2024 em consequência das fortes chuvas.

Tabela 1 - Famílias e pessoas afetadas no evento de chuva do dia 14/01/2024 registradas no Sistema Integrado de Gestão de Riscos da SMAS.

Situação da Família	nº de Famílias	nº de Pessoas
Permanece no domicílio	12311	29866
Desalojada	2124	5252
Desabrigada	133	317
Não reside no local	40	77

Diante desse cenário, o município planeja realizar obras de ampliação de capacidade hidráulica em trechos específicos do rio Acari, conforme indicado na área preliminar apresentada na Figura 1 (ver [nota técnica](#)). Paralelamente ao processo de implementação de medidas estruturais, está em desenvolvimento uma iniciativa voltada à criação de um protocolo de resposta a inundações na bacia do rio Acari, com o objetivo de identificar, preparar e proteger rapidamente os logradouros afetados por meio de ferramentas colaborativas. Essa ação contará com a participação conjunta do poder público e da população, visando à ampliação da proteção social aos indivíduos e famílias impactados.

O diagnóstico do impacto é fundamental para o alinhamento dos mecanismos de resposta pelo poder público, tanto no que se refere à priorização de localidades para intervenção imediata quanto das ações necessárias para a etapa de manejo do desastre. Do ponto de vista da Política de Assistência Social, por exemplo, o reconhecimento de logradouros segundo grau do impacto verificado, indicará os polígonos afetados, para subsidiar o atendimento da população. De forma imediata, a Assistência Social identifica e atende indivíduos e famílias que buscaram os pontos de apoio definidos pela Defesa Civil Municipal ou cujos domicílios foram interditados pelo órgão por danos estruturais.

O registro dos polígonos do alagamento indicará os domicílios cujos moradores ficaram desalojados, optaram por permanecer nas residências ou que não tiveram meios para desocupá-la, mas que sofreram danos materiais e necessitam de suporte emergencial para se restabelecer, subsidiando e orientando a intervenção social, baseada em evidências.

Além disso, o município busca recursos adicionais para viabilizar a instalação, operação e manutenção de um sistema de alerta à inundações amplo voltado às áreas mais vulneráveis da bacia. Como etapa inicial, já foram instalados quatro sensores de nível de água na região a jusante.

Com o objetivo de prover respostas eficazes de curto prazo, o município planeja o desenvolvimento de um Sistema Comunitário de Alerta às Inundações (CBFEWS, na sigla em inglês) para áreas de alto risco da bacia. Após a implementação do projeto de infraestrutura, o CBFEWS será atualizado para atuar na gestão de riscos residuais associados a eventos extremos que superem os parâmetros previstos nos projetos de infraestruturas, adotando uma abordagem “safe to fail” a fim de aumentar a resiliência da população local frente a inundações. Além disso, o sistema será continuamente aprimorado para incorporar projeções de mudança climática, assegurando sua eficácia a longo prazo diante do aumento da frequência e da intensidade de fenômenos climáticos.

O CBFEWS para o rio Acari será desenvolvido de forma colaborativa com a comunidade local, com foco na disseminação de informações, coleta de dados sobre inundações e realização de treinamentos; tornando os moradores parte ativa do sistema. Essa abordagem busca aprimorar a capacidade de resposta da comunidade diante de eventos de inundação e ampliar sua resiliência geral.

A implementação de forma efetiva do CBFEWS depende da integração entre os conhecimentos técnico e social. Por isso, a C40 está em busca de um(a) consultor(a) ou equipe de consultoria para desenvolver a infraestrutura de monitoramento de inundações, avaliar a infraestrutura de dados existente e desenhar o sistema de alerta. Esse trabalho deverá ser realizado em articulação com a comunidade local, assegurando uma comunicação eficaz, ações de capacitação e engajamento social. O objetivo é entregar um projeto tecnicamente sólido e socialmente inclusivo, que promova a confiança da

população e aumente a resiliência bacia do rio Acari e dos moradores de seu entorno frente aos eventos climáticos extremos de inundação.

Mais informações podem ser encontradas na [Nota Técnica](#).

Escopo e objetivos do projeto

O trabalho deve atingir os seguintes objetivos:

1. Realizar uma avaliação geral dos dados disponíveis, do planejamento atual, das características hidrológicas e hidráulicas da bacia e da estrutura do sistema atual
2. Mapear as áreas de alto risco de inundação para determinar as comunidades que precisam de um Sistema de Alerta para serem protegidas.
3. Estruturar sistema, contemplando a definição de protocolos de acionamento dos alertas, os critérios de ativação conforme níveis de risco hidrológico, e os tipos de alertas a serem utilizados (tais como sirenes públicas, envio de mensagens de emergência via Cell Broadcast, entre outros meios).
4. Avaliar a implementação de *nowcasting* (previsão imediata) para acionamento dos alertas
5. Estabelecer metodologia de formação de lideranças comunitárias e da própria população para compreensão das ameaças de uma inundação ou enchente, do tempo de alerta prévio, do nível esperado do evento, dos protocolos de emergência e das condutas seguras a serem implementadas face à situação de risco.
6. Estabelecer um protocolo de emergência, com a participação das comunidades locais, para definir as responsabilidades durante o evento crítico e as rotas de fuga para áreas de segurança (ponto de apoio)
7. Avaliar a governança municipal atual dos sistemas de alerta para identificar lacunas e oportunidades para melhorar a coordenação entre os atores, inclusive com as comunidades.
8. Mapear e envolver a liderança comunitária e as comunidades vulneráveis no design, desenvolvimento e execução do sistema de alerta.
9. Realizar uma avaliação, de forma participativa, das necessidades das comunidades vulneráveis e propor fóruns para que as comunidades participem da estruturação do Sistema de Alerta com as equipes da prefeitura. Os participantes devem fornecer informações sobre os principais componentes da estrutura do alerta, garantindo que ela se alinhe às necessidades e prioridades das populações vulneráveis do local.
10. Desenvolver um plano de governança e um plano de divulgação e comunicação para o CBFÉWS.

Consórcio

Se desejarem, os consultores podem criar um consórcio e enviar coletivamente uma proposta à C4O. A proposta do consórcio deve ser feita de forma única abrangendo todos os objetivos e atividades deste termo de referência, com uma descrição clara das diferentes responsabilidades de cada consultor.

Atividades do projeto

O trabalho deve realizar atividades que estejam estreitamente alinhadas com as atividades identificadas abaixo. Observe que esta é uma lista não exaustiva e os consultores são incentivados a serem criativos e a fazer sugestões com base em seu conhecimento e experiência.

Espera-se que o possível consórcio ou consultor cubra as seguintes atividades:

Workshop inicial

- Organizar um inception/kick-off workshop com a participação de todas as órgãos da Prefeitura do Rio interessadas na execução do projeto, como por exemplo, a Defesa Civil, a Fundação Rio Águas, a C4O, Secretaria Municipal de Assistência Social, Centro de Operações Rio, Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria do Meio Ambiente e Clima, Subprefeitura, coletivos locais etc.

Avaliação preliminar: Avaliação de risco hidrológico, infraestrutura de dados e definição de escopo

- Realizar um diagnóstico dos dados hidrológicos disponíveis e das capacidades do município para realizar o CBFEWS e estabelecer os dados ideais necessários para um sistema assertivo;
- Mapear as comunidades que estão nas áreas de alto risco de inundação;
- Definir o escopo do CBFEWS, definindo objetivos, metas e limites do projeto;
- Apresentar em um workshop os conceitos de sistemas comunitários de alerta à inundação e estudos de caso bem-sucedidos para a equipe técnica da prefeitura e para os representantes das comunidades envolvidas.

Estrutura do Sistema de Alerta à Inundações Comunitário

- Avaliar as ferramentas atuais de monitoramento hídrico para a finalidade do Sistema de Alerta (EWS);
- Estabeleça os pontos de acionamento dos alertas, considerando os dados de precipitação e o tempo de deslocamento do rio, garantindo tempo suficiente para a evacuação dos residentes para os pontos de apoio;
- Definir o número de domicílios para cada área de serviço de pontos de apoio, levando em conta a capacidade do local e o tempo de locomoção da população;

- Desenvolver um plano de contingência, definindo ações para cobrir todos os estágios do gerenciamento de desastres, como preparação, prevenção, resposta e recuperação.
- Realizar modelagem de propagação de som para a instalação de sirenes, caso seja o modo de alerta selecionado;
- Avaliar a possibilidade de usar o nowcasting com os dados disponíveis;
- Desenvolva um Plano de Gerenciamento de longo prazo estabelecendo uma metodologia para avaliar e melhorar a eficácia do sistema de alerta antecipado ao longo do tempo, considerando os dados inseridos pela comunidade;
- Trabalhar com a Defesa Civil do Rio para projetar e implementar um processo inclusivo e participativo para testar e coletar feedback das comunidades sobre possíveis soluções de ponto de apoio e opções de rotas de fuga, com a finalidade de estabelecer um protocolo de comunicação, definir as orientações sobre condutas seguras e qualquer outro aspecto que surja das comunidades como uma necessidade em relação ao design do projeto, desenvolvimento e execução do Sistema de Alerta;
- Workshops co-organizados para apresentar e coletar feedback sobre diferentes interações da estrutura do Sistema de Alerta (a ser definido quantos são necessários) para permitir que as partes interessadas e as comunidades da cidade refinem a estrutura de forma colaborativa; co-criem e validem protocolos;
- Organizar uma série de sessões de treinamento e workshops de compartilhamento de conhecimento com o município e as principais partes interessadas para garantir a compreensão adequada e a apropriação da estrutura do Sistema de Alerta.

Fortalecimento da governança e do envolvimento da comunidade no desenvolvimento e na execução de sistemas de alerta comunitário

- Avaliar a governança municipal existente dos sistemas de alerta para identificar lacunas e oportunidades de melhoria na coordenação dos atores envolvidos, incluindo o engajamento da comunidade, por exemplo, por canais de comunicação;
- Realizar um mapeamento de liderança comunitária em colaboração com a Subprefeitura, Defesa Civil e a Secretaria Municipal de Assistência Social, incorporando uma avaliação do conhecimento de risco e da capacidade de resposta das comunidades vulneráveis;
- Apresentar em um workshop os conceitos de sistemas de alerta à inundação comunitário e estudos de caso de sucesso às equipes técnicas municipais e aos representantes das comunidades envolvidas;
- Criar um plano de governança definindo as funções, responsabilidades e estruturas de tomada de decisão para as partes interessadas envolvidas no CBFEWS. Isso inclui o estabelecimento de políticas públicas, mecanismos de coordenação, alocação de recursos e estruturas de monitoramento para garantir que o sistema opere de forma eficaz e sustentável.

- Criar um plano de disseminação e comunicação estabelecendo estratégias e ferramentas para compartilhar efetivamente os avisos de inundação e as informações relacionadas com a comunidade e as partes interessadas. Isso envolve a identificação de públicos-alvo, a criação de canais de comunicação claros (por exemplo, sirenes, alertas por SMS ou reuniões comunitárias) e o treinamento de pessoas para que entendam e respondam prontamente aos alertas.
- Em cooperação com os líderes comunitários, garantir que as práticas de coleta de dados e o conhecimento das comunidades do local sejam coletadas;
- Desenvolver um plano de comunicação abrangente, incluindo um protocolo claro, para disseminar informações sobre os riscos de inundação e detalhes operacionais do sistema de alerta (as comunidades determinarão as melhores maneiras de comunicar os riscos considerando sua cultura e realidades).

Projetar e realizar sessões de treinamento para os atores envolvidos

- Organizar workshops ou outras atividades para apresentar e coletar feedback sobre diferentes iterações da estrutura do EWS (o número de atividades necessárias será definido pelos representantes da Prefeitura do Rio de Janeiro, pela C40 e pelo consultor em conjunto) para permitir que as partes interessadas da cidade e as comunidades definam a estrutura de forma colaborativa; co-criem e validem protocolos;
- Desenvolver e oferecer, em colaboração com a Defesa Civil, uma série de módulos de treinamento participativo que se baseiam nos programas de treinamento da Defesa Civil existentes. Esses módulos devem permitir que as comunidades vulneráveis:
 - Aprofundem sua compreensão sobre o Sistema de Alerta e seu papel na preparação para desastres;
 - Co-desenvolvam estratégias específicas para as comunidades para utilização e resposta eficazes do sistema de Alerta;
 - Fortaleçam sua capacidade de liderar e participar de todas as fases do EWS (incluindo desenvolvimentos futuros), desde a avaliação de riscos até a disseminação e resposta.
 - Seja Instruída sobre o uso do aplicativo Survey 123 para a coleta de dados das inundações.

3. Diretrizes da proposta

Este Termo de Referência segue os requisitos para um processo aberto e competitivo. As propostas serão aceitas até *as 23:59 horas BRT de 16 de junho de 2025*. As propostas recebidas após essa data e horário não serão aceitas. Todas as propostas devem incluir cronogramas claros, como você trabalhará com a C40 e a Cidade do Rio de Janeiro, custos e detalhes sobre a experiência nessa área.

As propostas não devem ter mais de dez páginas. Os currículos dos consultores não devem ter mais de duas páginas.

A proposta deve fornecer aos avaliadores da C40 todas as informações necessárias para avaliar sua oferta. Por favor, indique claramente onde for aplicável:

- Como sua proposta atende aos critérios de avaliação;
- As suposições que você está fazendo sobre o projeto;
- Os riscos que você identificou e as medidas de mitigação adequadas;
- Informações sobre os custos de forma clara;
- Cronograma de implementação proposto;
- Qualquer apoio adicional de que você precise para que o projeto seja bem-sucedido, incluindo qualquer contribuição de terceiros ou da equipe da C40;
- Parceria de trabalho proposta com a C40, incluindo (conforme aplicável) governança e gerenciamento do projeto, pessoal-chave, funções e responsabilidades principais e procedimento de escalonamento para problemas.
- Metodologia de gestão de projetos, incluindo a inclusão de partes interessadas locais e a proteção de menores e adultos vulneráveis, quando pertinente (consulte a Política de Proteção da C40 ([C40 Safeguarding Policy](#)), incluindo os padrões de comportamento e a avaliação de riscos para as atividades do projeto, aos quais os prestadores de serviços e parceiros locais devem aderir);

Você deve incluir informações adequadas sobre como seus custos foram calculados para permitir a avaliação da razoabilidade dos custos.

Você também pode incluir qualquer outra informação adicional relevante para o seu projeto. Por exemplo:

- Exemplos de trabalhos anteriores;
- Currículos da equipe;
- Informações sobre o compromisso da organização com a equidade, a diversidade e a inclusão e o alinhamento ético com a C40;
- Histórico da instituição,
- Histórico executivo;
- Informações sobre o tamanho da instituição;
- Organogramas;
- Explicações de seus processos;
- Lista de sistemas atuais (se relevante),

Diversidade de fornecedores

A C40 está comprometida com a diversidade de fornecedores e a aquisição inclusiva por meio da promoção da equidade, diversidade e inclusão em nossa

base de fornecedores. Acreditamos que, ao adquirir uma gama diversificada de fornecedores, obtemos uma gama mais ampla de experiências e pensamentos dos fornecedores e, portanto, temos melhores condições de atender a toda a gama de nossas diversas cidades e aos contextos em que elas operam.

Incentivamos fortemente os fornecedores (pessoas físicas e jurídicas) que sejam diversificados em termos de tamanho, idade, nacionalidade, identidade de gênero, orientação sexual, propriedade majoritária e controlada por um grupo minoritário, capacidade física ou mental, etnia e perspectiva a apresentar uma proposta para trabalhar conosco.

Sinta-se à vontade para consultar [a Declaração de Equidade, Diversidade e Inclusão da C40](#), pois a diversidade de fornecedores e as compras inclusivas são um elemento da aplicação da equidade, diversidade e inclusão para ajudar o mundo a limitar o aquecimento global a 1,5°C e construir comunidades saudáveis, equitativas e resilientes.

Contrato

Observe que este é um contrato de serviços profissionais e não uma oportunidade de subsídio. As organizações que não puderem aceitar contratos de serviços profissionais não devem enviar propostas. O trabalho será concluído com base no [Contrato de Serviços Padrão da C40](#)

Se a C40 não puder assinar um contrato com o vencedor deste processo competitivo, reservamo-nos o direito de conceder o contrato ao segundo fornecedor potencial mais alto

Subcontratação

Se a organização que está enviando uma proposta precisar subcontratar algum trabalho para atender aos requisitos da proposta, isso deve ser claramente indicado. Todos os custos incluídos nas propostas devem incluir todos os trabalhos terceirizados ou contratados. Todas as propostas que exigirem trabalho terceirizado ou contratado devem incluir o nome e a descrição das organizações que estão sendo contratadas.

4. Termo de Referência e cronograma do projeto

Cronograma do Termo de Referência:

Cronograma do TR	Data
------------------	------

Envio de solicitação de propostas	26 de maio de 2025
Perguntas enviadas ao C40	3 de junho de 2025
C40 responde a perguntas	5 de junho de 2025
Prazo final para recebimento de ofertas	16 de junho de 2025
Avaliação de propostas e esclarecimentos	17 a 25 de junho de 2025
Seleção da proposta	26 de junho de 2025
Todos os fornecedores em potencial são notificados do resultado	26 de junho de 2025

Cronograma do projeto	Data
A fase de iniciação do projeto deve ser concluída até	<i>01 de julho de 2025</i>
A fase de planejamento do projeto deve ser concluída até	<i>21 de julho de 2025</i>
Espera-se que a fase de implementação do projeto seja concluída até	<i>31 de janeiro de 2026</i>

5. Critérios de avaliação da proposta

As propostas serão avaliadas de acordo com os seguintes critérios

Critérios de avaliação	Ponderação
Capacidade técnica e conhecimento especializado.	30%

Conhecimento local, envolvimento da comunidade e capacidade social	30%
Custo-benefício e orçamento	25%
Cronograma e prazos	10%
Alinhamento com as metas e os valores da C4O	5%

Capacidade técnica e conhecimento especializado. As propostas serão avaliadas com base na capacidade demonstrada pela consultoria de implementar sistemas de alerta à inundação de forma eficaz. Isso inclui experiência anterior em projetos semelhantes, demonstrando seu conhecimento de modelagem hidrológica e hidrodinâmica. As qualificações da equipe técnica também serão examinadas para garantir que ela tenha o conhecimento necessário em áreas como sensoriamento remoto, GIS e análise de dados em tempo real. Além disso, a proposta deve delinear uma metodologia clara e estruturada, destacando como eles planejam coletar dados, desenvolver modelos precisos e gerar alertas à inundação confiáveis. Além disso, o consultor deve demonstrar experiência em colaboração com órgãos governamentais em nível local e municipal.

Conhecimento local e envolvimento da comunidade. A compreensão das características específicas da bacia do Rio Acari, incluindo seu contexto social e cultural, será um ponto-chave da avaliação. As propostas que demonstrarem familiaridade com as comunidades locais, suas necessidades e trabalhos sociais anteriores na região receberão uma classificação mais alta. Uma proposta sólida incluirá planos para envolver ativamente as partes interessadas, como moradores locais e autoridades municipais, garantindo uma comunicação transparente e o alinhamento com as prioridades da comunidade.

Capacidade social e conhecimento especializado. As propostas serão avaliadas com base na capacidade demonstrada pela consultoria de se envolver efetivamente com as comunidades locais e as partes interessadas. Isso inclui experiência anterior em projetos que exigem envolvimento da comunidade e atividades de capacitação. As qualificações da equipe serão avaliadas para garantir que ela tenha experiência em alcance comunitário, planejamento participativo e análise de impacto social. As propostas devem apresentar uma metodologia clara para fomentar o envolvimento da comunidade, promover a

conscientização sobre os riscos de inundação e facilitar a adoção de sistemas de alerta de inundação.

Custo-benefício e orçamento O aspecto financeiro das propostas será analisado cuidadosamente para garantir uma justificativa clara do orçamento em relação aos benefícios do projeto. As propostas devem apresentar uma análise completa de custo-benefício, demonstrando que o investimento levará a melhorias substanciais nas capacidades de prevenção e alerta de inundações. Além disso, as consultorias devem incluir planos de contingência para cobrir quaisquer despesas ou ajustes imprevistos durante a implementação. As propostas que ofereçam escalabilidade e eficiência de custo a longo prazo serão vistas com bons olhos.

Cronograma e prazos. A capacidade de entregar o projeto dentro do cronograma proposto será um fator crítico na avaliação. As propostas devem apresentar um cronograma detalhado com marcos claros desde o início até a fase operacional do sistema de alerta à inundação. O histórico da consultoria no cumprimento de prazos em projetos semelhantes também será considerado. Uma proposta que demonstre flexibilidade para se ajustar às necessidades do projeto sem comprometer os prazos será particularmente valorizada, garantindo a execução do projeto em tempo hábil e adaptável.

Alinhamento com as metas e os valores da C40. As soluções propostas contribuem para a gestão sustentável e segura dos recursos hídricos e para a mitigação das mudanças climáticas em áreas urbanas. A abordagem facilita a transição para sistemas hídricos de baixo carbono e resistentes ao clima na cidade-alvo. Alinhamento com os valores de diversidade e inclusão da C40.

6. Orçamento do projeto

Todas as propostas devem incluir os custos propostos para concluir as tarefas descritas no escopo do projeto, incluindo todos os impostos e VATs. Os custos devem ser declarados como custos únicos ou não recorrentes ou custos recorrentes mensais. Todos os custos incorridos em conexão com o envio deste TR não são reembolsáveis pela C40.

A relação custo-benefício é um critério para uma seleção bem-sucedida

Os custos totais do projeto proposto (incluindo IVA e outros custos "ocultos", se aplicável) não devem exceder **60,000 USD**.

7. Políticas do C40 e materiais adicionais

A C40 espera que terceiros sejam capazes de obedecer a essas políticas da C40

- Política de Código de Conduta para não funcionários [aqui](#)
- Política de Equidade, Diversidade e Inclusão [aqui](#)
- Política de proteção da C40 [aqui](#)
- C40 Política de viagens e despesas de não funcionários - se aplicável - [Aqui](#)

A C40 lançou recentemente um [guia para as cidades](#) sobre a preparação eficaz para emergências de enchentes e secas. O guia fornece um roteiro detalhado sobre como implementar sistemas de alerta precoce e respostas de emergência nas cidades. Os fornecedores são incentivados a usar as informações deste guia para ajudar a elaborar suas propostas.

8. Envios

Cada fornecedor em potencial deve enviar uma cópia de sua proposta para o endereço de e-mail abaixo até 16 de junho de 2025 às 16h BRT:

- Connor Muesen, Gerente de Ação Climática Inclusiva: cmuesen@c40.org
- Pedro Ribeiro, Diretor de Água: pribeiro@c40.org

Respostas anônimas a todas as perguntas enviadas serão fornecidas [AQUI](#) após o encerramento do período estabelecido no TR .

Com base nas propostas recebidas, a C40 se reserva o direito de promover o estabelecimento de consórcios ou solicitar que os fornecedores potenciais aprimorem suas propostas após o recebimento.

Isenção de responsabilidade

A C40 não aceitará qualquer responsabilidade ou será responsável por quaisquer custos incorridos pelos Fornecedores em Potencial na preparação de uma resposta para este TR. As respostas enviadas estarão acessíveis a toda a equipe da C40 e a avaliadores externos (se houver).

Nem a emissão do TR, nem qualquer informação apresentada nela, deve ser considerada como um compromisso ou representação por parte da C40 (ou de qualquer um de seus parceiros) para entrar em um acordo contratual. Nada neste TR deve ser interpretado como um compromisso da C40 de conceder um contrato a um Fornecedor em Potencial como resultado desta aquisição, nem de aceitar o menor preço ou qualquer proposta.



REQUEST FOR PROPOSAL (RfP)

Community-based Flood Early Warning System of Acari River
Watershed in Rio de Janeiro

C40 Cities Climate Leadership Group, Inc.
120 Park Avenue, 23rd Floor
New York, NY 10017
United States of America

May 2025

Deadline for submission:
June 16th, 2025

1. C40 Cities Climate Leadership Group Inc.

The C40 is a network of around 100 mayors from the world's major cities, who are working to urgently implement the actions needed to tackle the climate crisis and create a future where everyone can thrive. C40 city mayors are committed to using a science-based, people-focused approach to help the world limit global warming to 1.5°C and build healthy, equitable and resilient communities. Through a Global Green New Deal, the mayors are working alongside a broad coalition of labor, business, the climate youth movement and civil society to go further and faster than ever before.

The strategic direction of the organization is determined by an elected Steering Committee of C40 mayors, which is co-chaired by Mayor Sadiq Khan of London, UK, and Mayor Yvonne Aki-Sawyerr of Freetown, Sierra Leone. Three-term Mayor of New York City, Michael R. Bloomberg, serves as Chairman of the C40 Board of Directors, which is responsible for operational oversight. A nine-person management team, led by Executive Director Mark Watts, conducts C40's day-to-day administration. C40's three main strategic funders are Bloomberg Philanthropies, the Children's Investment Fund Foundation (CIFF) and Realdania.

To find out more about the work of C40 and our cities, visit our [website](#) or follow us on [Twitter](#), [Instagram](#), [Facebook](#) and [LinkedIn](#).

2. Project summary, objective and background

Cities are facing a process of accelerated urbanization, while water management infrastructure is not keeping pace with this growth. Vulnerable populations, especially those living in informal settlements, are particularly exposed to water-related risks such as droughts and floods. Given this scenario, it is essential that cities strengthen their water resilience by adopting ambitious actions, such as implementing early warning systems and emergency protocols to protect vulnerable communities, using reuse water, sustainable groundwater management, drawing up sustainable urban drainage plans, restoring water bodies and floodplains, and expanding flood control systems, among other measures.

The C40 Accelerator Fund for Inclusive Water Resilience emerges in this context as a response to the unmet needs of cities facing the growing challenges of urban water management in a climate crisis scenario.

Its aim is to support local governments in strengthening their resilience to the hydrological risks caused by water-related extreme weather events. This is done by

financing fair, equitable and inclusive actions that benefit the entire population, with special attention to the most vulnerable communities. The fund seeks to enable the development of activities, plans, public policies and projects that contribute to meeting the water resilience goals of cities, while promoting the reduction of social inequalities in access to water and the disproportionate exposure to hydrological risks faced by low-income populations.

General information about the project:

The Acari and São João de Meriti river basin is part of the Guanabara Bay watershed, located in the northern zone of Rio de Janeiro. With an area of 107 km², this basin crosses 37 densely urbanized neighborhoods of the city.

The Rio de Janeiro Municipal Drainage and Urban Rainwater Management Plan (PDMAP) calls for the construction of 22 reservoirs in the Acari River basin, along with other structural interventions. Given the intense urbanization of the region, these works are expected to have significant social impacts and will require substantial financial investments for their implementation.

It is acknowledged that the plan is currently outdated, as it is subject to a ten-year review cycle established by Municipal Complementary Law No. 111/2011. In the upcoming revision, new design guidelines will be incorporated, taking into account the interventions planned under the PAC (Growth Acceleration Program), especially the widening of hydraulic sections in the downstream stretch of the Acari River. This change will allow for a reduction in the number of reservoirs originally proposed in the plan, while still maintaining effective flood control.

On January 14, 2024, the area in which the development of a warning system is planned, was severely impacted by flooding, with water levels reaching 2.50 meters. The event resulted in significant damage to buildings and property, as well as posing a high risk to the safety and lives of the local population.

In response to the large number of families affected by this disaster, a Situation of Emergency was declared in the Municipality of Rio de Janeiro, by means of Rio Decree No. 53,879, of January 14, 2024, which required updating the information caused by the event in the Integrated Disaster Information System.

It is worth noting that, as a result of the emergency, the Municipal Chief Executive set up an "Advanced Crisis Office" at the Arena Carioca Jovelina Pérola Negra, located at Praça Ênio, s/nº - Pavuna, where the main operational bodies of the City Hall were brought together, such as the Undersecretariat for Protection and Civil Defense, the Municipal Secretariats for Public Order, Conservation, Housing, Social Assistance, Transport, Health and COMLURB, among others, aimed at an immediate response to minimize the disruption and restore normality throughout the region. The Crisis Office was closed on January 16, 2024, but intersectoral coordination and the implementation of measures that fell to each body

continued.

The Municipal Social Assistance Secretariat (SMAS), in addition to the Social Assistance Reference Centres (CRAS) that already existed in the localities, set up another 38 decentralized centers to provide emergency social assistance to these families. According to SMAS's Integrated Risk Management System, 14,608 families were assisted, mostly from the Acari River basin, totaling 35,512 people, as shown in Table 1 below. In addition, the Civil Protection and Defense sub-secretariat received 895 calls for inspections between January 14 and 19, 2024 as a result of the heavy rains.

Table 1 - Families and people affected by the rain event on 14/01/2024 recorded in the SMAS Integrated Risk Management System.

Family situation	number of families	number of people
Staying at home	12311	29866
Displaced	2124	5252
Homeless	133	317
Does not live there	40	77

Given this scenario, the municipality plans to carry out works to increase hydraulic capacity in specific sections of the Acari River, as indicated in the preliminary area shown in Figure 1 (see [technical note](#)). In parallel with the implementation of structural measures, an initiative is being developed to establish a flood response protocol for the Acari River basin. The aim is to quickly identify, prepare, and protect affected public areas using collaborative tools. This initiative will involve joint participation from public authorities and the community, with the goal of enhancing social protection for individuals and families affected.

The diagnosis of the impact is fundamental for the alignment of response mechanisms by the public authorities, both in terms of prioritizing locations for immediate intervention and the actions needed for the disaster management stage. From the point of view of the Social Assistance Policy, for example, the recognition of streets according to the degree of impact will indicate the polygons affected, in order to provide assistance to the population. Immediately, Social Assistance identifies and assists individuals and families who have sought the support points defined by the Municipal Civil Defense or whose homes have been closed by the agency due to structural damage.

The registration of the flood polygons will indicate the households whose residents were displaced, chose to remain in their homes or who did not have the

means to vacate, but who suffered material damage and need emergency support to re-establish themselves, subsidizing and guiding evidence-based social intervention.

In addition, the municipality is seeking additional resources to enable the installation, operation and maintenance of a comprehensive flood warning system aimed at the most vulnerable areas of the basin. As an initial step, four water level sensors have already been installed in the downstream region.

In order to provide effective short-term responses, the municipality plans to develop a Community Based Flood Warning System (CBFEWS) for high-risk areas of the basin. After the implementation of the infrastructure project, the CBFEWS will be updated to manage residual risks associated with extreme events that exceed the parameters foreseen in the infrastructure projects, adopting a "safe to fail" approach in order to increase the resilience of the local population in the face of floods. In addition, the system will be continually improved to incorporate climate change projections, ensuring its long-term effectiveness in the face of increased frequency and intensity of climatic phenomena.

CBFEWS for the Acari River will be developed in a collaborative way with the local community, focusing on disseminating information, collecting data on floods and carrying out training; making residents an active part of the system. This approach aims to improve the community's ability to respond to flood events and increase its overall resilience.

The effective implementation of CBFEWS depends on the integration of technical and social knowledge. For this reason, C40 is looking for a consultant or consulting team to develop the flood monitoring infrastructure, evaluate the existing data infrastructure and design the warning system. This work should be carried out in conjunction with the local community, ensuring effective communication, training and social engagement. The aim is to deliver a technically sound and socially inclusive project that promotes public confidence and increases the resilience of the Acari River basin and its surrounding residents in the face of extreme weather flood events.

More information can be found in the [Technical Note](#).

Project scope and objectives

The work must achieve the following objectives:

1. Carry out a general assessment of the available data, current planning, the hydrological and hydraulic characteristics of the basin and the structure of the current system.
2. Map the areas at high risk of flooding to determine the communities that need a Warning System to be protected.

3. Structuring the system, including the definition of protocols for triggering warnings, activation criteria according to hydrological risk levels, and the types of alerts/warnings to be used (such as public sirens, sending emergency messages via Cell Broadcast, among other means).
4. Evaluate the implementation of *nowcasting* (immediate forecast) to trigger alerts
5. Establish a methodology for training community leaders and the population itself to understand the threats of a flood, the early warning time, the expected level of the event, emergency protocols and the safe behaviors to be implemented in the face of the risk situation.
6. Establish an emergency protocol, with the participation of local communities, to define responsibilities during the critical event and escape routes to safe areas (back-up point)
7. Evaluate the current municipal governance of warning systems to identify gaps and opportunities to improve coordination between actors, including communities.
8. Map and involve community leadership and vulnerable communities in the design, development and execution of the warning system.
9. Carry out a participatory assessment of the needs of vulnerable communities and propose forums for communities to participate in the structuring of the Early Warning System with municipal teams. Participants should provide information on the main components of the warning structure, ensuring that it aligns with the needs and priorities of vulnerable populations in the area.
10. Develop a governance plan and a dissemination and communication plan for CBFWEWS.

Consortium

If they wish, the consultants can create a consortium and collectively submit a proposal to C40. The consortium's proposal must be made in a single form covering all the objectives and activities of this request for proposal, with a clear description of the different responsibilities of each consultant.

Project activities

The work should carry out activities that are closely aligned with the activities identified below. Please note that this is a non-exhaustive list and consultants are encouraged to be creative and make suggestions based on their knowledge and experience.

The possible consortium or consultant is expected to cover the following activities:

Initial workshop

- Organize an inception/kick-off workshop with the participation of all Rio City Hall bodies interested in implementing the project, such as Civil

Defense, the Rio Águas Foundation, C40, the Municipal Social Assistance Secretariat, the Rio Operations Center, the Municipal Housing Secretariat, the Environment and Climate Secretariat, the Subprefecture, local collectives, etc.

Preliminary assessment: Hydrological risk assessment, data infrastructure and scope definition

- Carry out a diagnosis of the hydrological data available and the municipality's capacity to carry out CBFEWS and establish the ideal data required for an assertive system;
- Map the communities in areas at high risk of flooding;
- Define the scope of CBFEWS, defining the project's objectives, goals and limits;
- Present the concepts of community flood warning systems and successful case studies in a workshop for the technical staff of the municipality and the representatives of the communities involved.

Structure of the Community Flood Warning System

- Evaluate current water monitoring tools for the purpose of the Early Warning System (EWS);
- Establish warning trigger points, taking into account rainfall data and the river's travel time, ensuring sufficient time for residents to evacuate to support points;
- Define the number of households for each support point service area, taking into account the site's capacity and the population's travel time;
- Develop a contingency plan, defining actions to cover all stages of disaster management, such as preparedness, prevention, response and recovery.
- Perform sound propagation modeling for the installation of sirens, if this is the selected alert mode;
- Evaluate the possibility of using nowcasting with the available data;
- Develop a long-term Management Plan establishing a methodology for evaluating and improving the effectiveness of the early warning system over time, taking into account the data entered by the community;
- Work with Rio's Civil Defense to design and implement an inclusive and participatory process to test and collect feedback from communities on possible support point solutions and escape route options, in order to establish a communication protocol, define safe conduct guidelines and any other aspect that arises from communities as a need in relation to the project design, development and execution of the Early Warning System;
- Co-organized workshops to present and collect feedback on different interactions of the Early Warning System framework (to be defined how many are needed) to allow stakeholders and city communities to collaboratively refine the framework; co-create and validate protocols;
- Organize a series of training sessions and knowledge-sharing workshops with the municipality and key stakeholders to ensure proper understanding and ownership of the Early Warning System structure.

Strengthening governance and community involvement in the development and implementation of community early warning systems

- Evaluate the existing municipal governance of warning systems to identify gaps and opportunities for improvement in the coordination of the actors involved, including community engagement, for example through communication channels;
- Carry out a community leadership mapping in collaboration with the Subprefecture, Civil Defense and the Municipal Social Assistance Secretariat, incorporating an assessment of the risk knowledge and response capacity of vulnerable communities;
- Present the concepts of community flood warning systems and successful case studies to municipal technical teams and representatives of the communities involved in a workshop;
- Create a governance plan defining the roles, responsibilities and decision-making structures for the stakeholders involved in the CBFEWS. This includes establishing public policies, coordination mechanisms, resource allocation and monitoring structures to ensure that the system operates effectively and sustainably.
- Create a dissemination and communication plan establishing strategies and tools to effectively share flood warnings and related information with the community and stakeholders. This involves identifying target audiences, creating clear communication channels (e.g. sirens, SMS alerts or community meetings) and training people to understand and respond promptly to warnings.
- In cooperation with community leaders, ensure that data collection practices and the knowledge of local communities are collected;
- Develop a comprehensive communication plan, including a clear protocol, to disseminate information about flood risks and operational details of the warning system (communities will determine the best ways to communicate risks considering their culture and realities).

Design and carry out training sessions for the actors involved

- Organize workshops or other activities to present and collect feedback on different iterations of the EWS framework (the number of activities required will be defined by Rio de Janeiro City Hall representatives, C40 and the consultant together) to allow city stakeholders and communities to define the framework collaboratively; co-create and validate protocols;
- Develop and offer, in collaboration with Civil Defense, a series of participatory training modules that build on existing Civil Defense training programs. These modules should enable vulnerable communities to:
 - Deepen their understanding of the Early Warning System and its role in disaster preparedness;
 - Co-develop specific strategies for communities to effectively use and respond to the Early Warning system;

- Strengthen their capacity to lead and participate in all phases of the EWS (including future developments), from risk assessment to dissemination and response.
- Be instructed on the use of the Survey 123 application for collecting flood data.

3. Proposal Guidelines

This Request for Proposal represents the requirements for an open and competitive process. Proposals will be accepted until *23:59 pm BRT, June 16th, 2025*. Any proposals received after this date and time will not be accepted. All proposals should include clear timetables, how you will work with C40 and the City of Rio de Janeiro, clear costs and detail on experience in this area.

Proposals should be no longer than ten pages long. CVs of staff should be no longer than two pages.

The proposal should give C40 evaluators all the information they need to assess your bid. Please clearly indicate where applicable:

- How your proposal is responsive to the Evaluation Criteria;
- The assumptions you are making about the project;
- Risks you have identified and appropriate mitigation measures;
- Information about your fee;
- Proposed timeline of implementation;
- Any additional support that you need to make the project a success, including any inputs you will need from third parties or C40 staff;
- Proposed working partnership with C40, including (as applicable) project governance and management, key personnel, key roles and responsibilities, and escalation procedure for issues.
- Project management methodology including the inclusion of local stakeholders and the protection of minors and vulnerable adults where relevant (please refer to the [C40 Safeguarding Policy](#), including the standards of behaviour and risk assessment for project activities to which service providers and local partners must adhere);

You must include adequate information about how your costs were calculated to enable evaluation of cost reasonableness.

You may also consider including any other additional information relevant to your project. For example:

- Examples of past work;
- Resumes of proposed key personnel
- Information about the organisation's commitment to equity, diversity and inclusion and ethical alignment with C40;
- Company history,

- Executive background;
- Information on company size;
- Organisational charts;
- Explanations of their processes;
- List of current systems (if relevant),

Supplier Diversity

C40 is committed to supplier diversity and inclusive procurement through promoting equity, diversity and inclusivity in our supplier base. We believe that by procuring a diverse range of suppliers, we get a wider range of experiences and thoughts from suppliers and thus are best able to deliver to the whole range of our diverse cities and the contexts that they operate within.

We strongly encourage suppliers (individuals and corporations) that are diverse in terms of size, age, nationality, gender identity, sexual orientation, majority owned and controlled by a minority group, physical or mental ability, ethnicity and perspective to put forward a proposal to work with us.

Feel welcome to refer to [C40's Equity, Diversity and Inclusion Statement](#) as supplier diversity and inclusive procurement is one element of applying equity, diversity and inclusion to help the world limit global heating to 1.5°C and build healthy, equitable and resilient communities.

Contract

Please note this is a contract for professional services and not a grant opportunity. Organisations unable to accept contracts for professional services should not submit bids. The work will be completed on the [C40 Standard Services Contract](#)

If C40 are unable to execute a contract with the winner of this competitive process, we reserve the right to award the contract to the second highest Potential Supplier

Subcontracting

If the organisation submitting a proposal needs to subcontract any work to meet the requirements of the proposal, this must be clearly stated. All costs included in proposals must be all-inclusive of any outsourced or contracted work. Any proposals which call for outsourcing or contracting work must include a name and description of the organisations being contracted.

4. Request for Proposal and project schedule

Timetable of the Request for Proposal:

RFP schedule	Date
Request for Proposals sent out	May 26th, 2025
Questions sent to C40	June 3rd, 2025
C40 answers questions	June 5th, 2025
Deadline for receiving offers	June 16th, 2025
Evaluation of proposals and clarifications	June 17-25, 2025
Proposal selection	June 26th, 2025
All potential suppliers are notified of the result	June 26th, 2025

Project schedule	Date
The project initiation phase must be completed by	<i>July 1st, 2025</i>
The project planning phase must be completed by	<i>July 21, 2025</i>
The implementation phase of the project is expected to be completed by	<i>January 31st, 2026</i>

5. Proposal Evaluation Criteria

Proposals will be evaluated against the following criteria

Evaluation Criteria	Weighting
Technical Capacity and Expertise.	30%
Local Knowledge, Community Engagement, and Social Capacity	30%
Cost-Benefit and Budget	25%
Timeline and Deadlines	10%
Alignment with C40 Goals and Values	5%

Technical Capacity and Expertise. The proposals will be evaluated based on the consultancy's demonstrated ability to implement flood warning systems effectively. This includes prior experience in similar projects, showcasing their understanding of hydrological and hydrodynamic modelling. The qualifications of the technical team will also be scrutinized to ensure they have the necessary expertise in areas like remote sensing, GIS, and real-time data analysis. Additionally, the proposal should outline a clear and structured methodology, highlighting how they plan to collect data, develop accurate models, and generate reliable flood alerts. Furthermore, the consultant should demonstrate experience collaborating with government agencies at local and municipal levels.

Local Knowledge and Community Engagement. Understanding the specific characteristics of the Rio Acari basin, including its social and cultural context, will be a key evaluation point. Proposals that demonstrate familiarity with local communities, their needs, and previous social work in the region will be rated higher. A strong proposal will include plans to actively involve stakeholders, such as local residents, municipality authorities, ensuring transparent communication and alignment with community priorities.

Social Capacity and Expertise. The proposals will be evaluated based on the consultancy's demonstrated ability to engage effectively with local communities and stakeholders. This includes prior experience in projects requiring community involvement and capacity-building activities. The qualifications of the team will be

assessed to ensure they have expertise in community outreach, participatory planning, and social impact analysis. Proposals should present a clear methodology for fostering community engagement, promoting awareness about flood risks, and facilitating the adoption of flood warning systems.

Cost-Benefit and Budget The financial aspect of the proposals will be carefully analyzed to ensure a clear justification of the budget in relation to the project's benefits. Proposals must present a thorough cost-benefit analysis, demonstrating that the investment will lead to substantial improvements in flood prevention and warning capabilities. Additionally, consultancies should include contingency plans to account for any unforeseen expenses or adjustments during implementation. Proposals that offer scalability and long-term cost efficiency will be viewed favorably.

Timeline and Deadlines. The ability to deliver the project within the proposed timeline will be a critical factor in the evaluation. Proposals should present a detailed timeline with clear milestones from the beginning to the operational phase of the flood warning system. The track record of the consultancy in meeting deadlines for similar projects will also be considered. A proposal that demonstrates flexibility in adjusting to project needs without compromising deadlines will be particularly valued, ensuring both timely and adaptive project execution.

Alignment with C40 Goals and Values. The proposed solutions contribute to sustainable and safe water resource management and climate change mitigation in urban areas. The approach facilitates the transition towards low-carbon and climate-resilient water systems in the target city. Alignment with C40's values of diversity and inclusion.

6. Project budget

All proposals must include proposed costs to complete the tasks described in the project scope, including all VAT and taxes. Costs should be stated as one-time or non-recurring costs or monthly recurring costs. All costs incurred in connection with the submission of this RfP are non-refundable by C40.

Cost-effectiveness is a criteria for successful appointment

Total proposed project costs (incl. VAT and other 'hidden' costs, if applicable) should not exceed **60,000 USD**.

7. C40 policies and additional materials

C40 expects third parties to be able to abide by these C40 policies

- Non-Staff Code of Conduct Policy [here](#)
- Equity, Diversity, and Inclusion Policy [here](#)
- C40 Safeguarding Policy [here](#)
- C40 Non-Staff Travel and Expenses Policy - if applicable - [Here](#)

C40 recently released a [guide for cities](#) on effective emergency preparedness for flooding and drought. The guide provides a detailed roadmap for how to implement early warning systems and emergency responses in cities. Suppliers are encouraged to use the information in this guide to help build their proposal.

8. Submission

Each Potential Supplier must submit 1 copy of their proposal to the email address below by June 16th 2025 at 23:59pm BRT:

- Connor Muesen, Inclusive Climate Action Manager: cmuesen@c40.org
- Pedro Ribeiro, Head of Water: pribeiro@c40.org

Anonymised responses to all questions submitted will be provided [HERE](#) once the period closes.

Based on the submissions received, C40 reserves the right to promote the establishment of consortium relationships or request potential suppliers refine their submission after receipt.

Disclaimer

C40 will not accept any liability or be responsible for any costs incurred by Potential Suppliers in preparing a response for this RFP. Responses submitted will be accessible by all C40 staff and external evaluators (if any).

Neither the issue of the RFP, nor any of the information presented in it, should be regarded as a commitment or representation on the part of C40 (or any of its partners) to enter into a contractual arrangement. Nothing in this RFP should be interpreted as a commitment by C40 to award a contract to a Potential Supplier as a result of this procurement, nor to accept the lowest price or any tender.